



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAI

CNPJ/MF. 76.282.649/0001-04

PRAÇA SANTA CRUZ, 249 – CENTRO – FONE (044) 3243-1157

São Jorge do Ivaí – PR – E-mail: prefeitura@pmsjivai.pr.gov.br

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – PGM

Pregão Presencial nº 52/2018

Processo Licitatório nº 95/2018

Assunto: *Registro de Preços visando eventual contratação de empresa com profissional habilitado para ministrar aulas semanais de músicas, para atender o projeto da Secretaria Municipal de Promoção Social – SEPROS, conforme especificações constates no edital, inclusive seus anexos, notadamente o Anexo I, que veicula o Termo de Referência.*

Razoes da Impugnação

As empresas JEAN MICHAEL DINIZ DA SILVA inscrita no CNPJ sob o nº 12.202.839/0001-91, apresentou impugnação ao Edital do Pregão Presencial nº 52/2018 alegando em síntese, que há divergência quanto a demonstração de capacidade técnica para participação no certame, aduz que a exigência de Certificado de Música e Carteira Profissional de Música, não é, por si só, capaz e suficiente para demonstrar que o licitante tenha conhecimento técnico para ministrar as aulas. Alega a possibilidade de contratar profissionais por “NOTORIO SABER” ou ainda que tenha graduação em música, haja vista que, para ter a carteira profissional de música não é necessário ser formado em música.

Pede que seja a presente impugnação recebida e que o edital seja corrigido para que possa comprovar a qualificação técnica através de ATESTACO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA e CERTIFICADO DE GRADUAÇÃO EM MUSICA”.

Tempestividade

Estabelece o item 6.1 do presente edital, o prazo de até 2 (dois) dias úteis da abertura do Pregão, para que quaisquer interessados solicitem esclarecimentos, requerer providencias ou formular impugnação contra cláusulas ou condições do Edital.

O Certame estava designado para o dia 23 de outubro de 2018, sendo a presente impugnação protocolada em 19/10/2018 pelo impugnante via e-mail, e assim, tempestiva.

No Mérito

O processo licitatório visa atender o interesse público, buscando a proposta mais vantajosa, **igualdade de condições entre os licitantes**, ampliando o caráter competitivo do certame.

A Constituição prevê, em seu artigo 37, XXI, *in verbis*, que as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes:

Art. 37 - (...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações

No âmbito da legislação, também prevê o art. 3º, da Lei 8.666/93 que a licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, devendo ser processada em estrita conformidade com o princípio da igualdade.

DA CAPACIDADE TECNICA – PROFISSIONAL HABILITADO

Recentemente o STF decidiu que músicos não precisam de inscrição na Ordem os Músicos do Brasil (OMB) para serem reconhecidos como tal. Segundo o Supremo Tribunal Federal, a atividade de músico é uma manifestação artística protegida pela garantia da liberdade de expressão, e, portanto, exigir inscrição na Ordem, bem como o pagamento de anuidade contraria a Constituição.

Então como aferir a qualificação técnica do Licitante na presente Licitação, vejo que os argumento laçados na impugnação, poderia ser complementar as exigências descritas no edital.

Sendo assim, a atividade artística deve ser preservada e a comprovação de qualificação técnica se justifica em face da necessidade de aferir a capacidade dos licitantes, e isso pode ser alcançado de várias formas, sendo Certificado de Música, Carteira Profissional, Atestado de Experiência Técnica ou pelo Certificado de Graduação em Música.

Portanto, assiste razão, em parte, nas alegações do impugnante, e somos pelo seu Parcial deferimento, e que seja retificado o Edital para que a Qualificação Técnica do licitante seja aferida através de Certificado de Música ou, Carteira Profissional de Músico ou, Atestado de Experiência Técnica ou pelo Certificado de Graduação em Música, tudo nos termos das fundamentações supra.

É o parecer, à superior consideração.

São Jorge do Ivaí – PR, 23 de outubro de 2018.


Demetrius de Jesus Bedin

OAB-PR 57.455 – Procurador Municipal